

Os erros e acertos da equipe que sai

Heitor Tepedino

Um final amargo, de poucas realizações e muitos fracassos. Este é o triste fim da área econômica do governo Figueiredo, que nos últimos três anos contava vitórias apenas na obtenção de mais uma carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional e em conseguir mais prazos para a dívida externa junto aos banqueiros internacionais ou no Clube de Paris. Enquanto as diretrizes econômicas vindas de Washington inibiam a economia, ampliava o desemprego e empobrecia a população diante de um governo estático para mudar de cena, inaugurando obras iniciadas por seus antecessores.

Nos setores considerados vitoriosos, como os resultados positivos da balança comercial, na prática, foram a principal causa da recessão, o que transforma o êxito em pesar. Entretanto, certamente que o governo que sai tem suas justificativas, os seus azares e toda uma conjuntura internacional contrária ao desenvolvimento econômico. Mas infelizmente o balanço geral independe dessas análises, simplesmente devendo-se constatar se um governo foi benéfico para a população ou não.

Inflação, dívidas internas e externa, déficit público. Estes foram os setores incontroláveis para o governo que sai, sem conseguir impor autoridade na desejada austeridade dos gastos públicos, com os ministros sempre corroidos por falências escandalosas no setor financeiro, operações duvidosas no comércio internacional levando a cada dia, tanto a população como os empresários, duvidarem cada vez mais da seriedade das medidas anunciadas.

O afastamento do presidente da República das decisões econômicas contribuíram para as incertezas dos setores produtivos e assalariados, nunca se sabendo se aquelas decisões eram avalizadas pelo chefe da Nação. O que enfraquecia os programas, já que a população os recebia de má vontade e convencida de que não teriam sucesso.

Certamente este foi um estilo de governo que reprovado pode ficar de lição para o futuro de que sem um líder no Palácio do Planalto as coisas ficam muito mais difíceis para os executores da política econômica.

Nos trágicos últimos três anos os ministros da área econômica tentavam acertar e agiam com rigor, principalmente, na difícil área das empresas estatais procurando conter os seus gastos. Mas não conseguiam qualquer êxito, levando-se em conta que eles próprios utilizam essas estatais como instrumento de captação de recursos externos, o que transformava a política austeritária em, no mínimo, duvidosa para os dirigentes dessas empresas que se recusaram, usando todas as artimanhas possíveis, a reduzir seus orçamentos. A política dos dirigentes das estatais no âmbito interno do governo para a cata de mais recursos era mais forte do que a do Congresso Nacional, com alguns desses dirigentes sendo imbatíveis nos bastidores.

Todas essas malfadadas experiências possivelmente serão absorvidas pelo futuro governo, podendo-se antever pelas declarações do presidente eleito de que pretende agir com mão-de-ferro sobre os gastos públicos, com destaque na área das empresas estatais. O futuro ministro da Fazenda, um esforçado arrecadador de impostos do governo que sai, sempre foi um inconformado com o volume da arrecadação e o nível dos gastos públicos, finalmente alcançando um desejo que sempre deve ter frequentado os seus pensamentos: de controlar, também, as despesas, naturalmente para decepá-las da forma que for possível.

Certamente esta foi uma experiência amarga tanto para o governo como para a população, que tiveram de conviver dentro de um mesmo barco cujo rumo todos duvidavam se chegaria ao destino, tanto os comandantes como os passageiros, ocorrendo o óbvio, que foi uma viagem tétrica para ambos.